

Tales Faria

Eleição a cada dois anos provoca aprovação de pautas-bombas

Em um só dia, nesta quarta-feira, duas comissões do Senado federal aprovaram duas pautas bombas que podem provocar um rombo de R\$ 77 bilhões nos cofres públicos.

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria regras especiais de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. A equipe econômica calcula que isso pode custar cerca de R\$ 30 bilhões se o texto for aprovado em plenário.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o projeto de lei que aumenta o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas para R\$ 13,6 mil em jornada de 20 horas semanais, entre outros gastos para órgãos públicos. O Ministério da Fazenda estima um rombo de R\$ 47 bilhões.

O presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), integra a base governista, mas explicou à coluna que não tinha como barrar a votação, já que todos os líderes encaminharam a favor. Inclusive o líder do PT, Rogério Carvalho (SE).

“O problema é que estamos novamente às vésperas de uma eleição e nenhum partido quer entrar em choque com as diversas categorias que estão batendo na porta do Congresso em busca de aumentos salariais”, contou à coluna.

Otto Alencar chamou atenção para uma fala em plenário do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em que ele revelou estar represando 31 projetos de aumento de pisos salariais e menores jornadas de trabalho para diversas categorias profissionais.

“O Davi disse que ou se vota tudo ou não vota

nenhuma, mas que não dá para ele segurar sozinho. Se ele colocar em pauta, todo mundo vai votar sim por conta da eleição. Vamos ter que arrumar dez Brasis para pagar.”

Otto Alencar aponta o que considera a origem do problema: “O país vai à falência se continuar com eleições de dois em dois anos.” Rogério Carvalho é pré-candidato ao Senado, assim como outro petista presente a sessão, Fabiano Contarato (ES).

O presidente da CCJ lembra que no ano passado a comissão aprovou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), com substitutivo de Marcelo Castro (MDB-PI), que define eleições unificadas para todos os cargos a partir de 2034. O texto acaba com a reeleição para todos os chefes de Poder Executivo estabelecendo mandatos de cinco anos.

Segundo ele, a coincidência das eleições não foi aprovada no Congresso porque se deu prioridade à proposta de reeleição dos chefes de executivo votada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB): “O próprio Fernando Henrique se arrependeu e já admitiu que foi um grande erro. Ou ajustamos agora, ou a vaca vai para o brejo.”

Enquanto esse problema não se resolve, as pautas-bombas entram no jogo de chantagens do legislativo contra o executivo, e vice versa.

Ao apontar os 31 projetos de aumento de pisos salariais em tramitação, Alcolumbre está avisando ao governo que não tem como munição apenas a tramitação do fim da jornada semanal de seis dias de trabalho por um de folga (6x1). Se o Planalto não o ajudar na eleição de aliados no Amapá, ele pode soltar os projetos represados.

Fernando Molica

A vacina de Flávio não pegou

Pressionado pela repercussão de suas conversas com Daniel Vorcaro, Flávio Bolsonaro se viu obrigado a deixar de lado o personagem que tentou construir, o de Bolsonaro que toma vacina — um viés de moderação incompatível com um movimento político que tem no radicalismo a sua razão de existir.

A pesquisa Quaest confirmou a mudança: em abril e maio, 39% dos entrevistados disseram que ele era mais moderado que a própria família; em junho, o percentual caiu para 33%. Metade dos entrevistados avalia que, neste quesito, ele se iguala ao pai e aos irmãos.

Movimento inverso ocorreu com o presidente Lula. Em maio, 45% negavam que ele fosse mais moderado que o PT. Agora, o percentual caiu para 43%, o que revela uma tendência.

Preocupado em criar fatos que diminuíssem o impacto das relações perigosas com o ex-dono do Master, Flávio atacou pela direita e jogou para a própria torcida: propôs que os Estados Unidos carimbassem o rótulo de terrorista em organizações criminosas brasileiras, falou em luta do bem contra o mal na Marcha para Jesus, verbalizou a existência de uma “guerra espiritual”, disse que Lula parece ser chefe do PCC. No Congresso, o PL reabilita pautas como a da diminuição da maioria penal.

Os exageros retóricos serviram para inflamar e tentar manter os eleitores do credo bolsonarista, mas, ao mesmo tempo, segundo a Quaest, contribuíram para afastar o pré-candidato dos nem-nem, aqueles que se dizem independentes e que

decidirão a eleição. Os dados da pesquisa mostram que, neste grupo, Flávio caiu e Lula subiu.

Em 2018, Jair Bolsonaro mandou às favas o que se costuma esperar de um candidato presidencial e radicalizou ainda mais seu discurso no segundo turno. Percebeu que, em um país afundado em uma crise econômica e embalado pelos ventos da Lava Jato, o melhor era pisar no acelerador.

No governo, o chefe do clã manteve a mesma postura, a única que consegue exibir. Isto, mesmo quando a pandemia exigia um comportamento minimamente equilibrado e compatível com a necessidade de priorizar vidas no lugar de posturas ideológicas. Jair dobrou a aposta, e perdeu em 2022.

Flávio tentou largar a turma do fundão e se sentar mais à frente na sala de aula. Mas a roupa nova acabou rasgada logo no primeiro embate e ele se viu obrigado a procurar os velhos amigos, a falar alto, a jogar bolinhas de papel nos outros coleguinhas.

O problema, para ele, é que, apesar da polarização que se mantém, o Brasil de 2026 não é o de 2018. Boa parte da população continua a rejeitar Lula e o petismo, mas isso não parece ser suficiente para que todo esse contingente se jogue nos braços de alguém cuja principal qualidade é contra o presidente.

Ao inviabilizar a candidatura presidencial do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e ao bancar a de seu primogênito, Jair Bolsonaro criou uma armadilha para a direita, a condenou a um radicalismo. Pelo jeito, também traçou limites para Flávio — como se dizia antigamente, a vacina, nele, não pegou.

EDITORIAL

Uma guerra política que afeta o esporte

A possibilidade de uma nova escalada militar entre Estados Unidos e Irã produz efeitos que ultrapassam os campos de batalha e alcançam espaços tradicionalmente associados à convivência pacífica entre os povos. Entre eles está a Copa do Mundo, evento que reúne seleções de diferentes países, sob a promessa de competição esportiva e intercâmbio cultural. Em um cenário de agravamento das tensões entre Washington e Teerã, cresce a preocupação sobre como o governo norte-americano conduzirá sua relação com a delegação iraniana durante o torneio.

À primeira vista, sabemos que não será amistosa, visto os torcedores do Irã serem barrados de entrar no país e a própria Seleção, que terá que ir e voltar dos jogos para o México. Porém, a realização do evento exige o cumprimento de compromissos internacionais, independentemente das divergências políticas existentes entre os governos envolvidos. Caso a rivalidade geopolítica influencie decisões administrativas, o país corre o risco de transformar uma celebração esportiva em mais um palco de disputas diplomáticas.

Ao mesmo tempo, é compreensível que questões de segurança nacional ganhem relevância em períodos de conflito. Governos têm o dever de proteger sua população e prevenir ameaças reais. No entanto, medidas excessivamente restritivas podem gerar críticas internacio-

nais, alimentar acusações de discriminação política e comprometer a imagem dos Estados Unidos como defensor de valores democráticos e da cooperação entre nações.

A história demonstra que o esporte frequentemente funciona como uma ponte em momentos de crise. Mesmo durante períodos marcados por rivalidades profundas, competições internacionais permitiram encontros simbólicos capazes de reduzir tensões e promover diálogo. Nesse contexto, tratar a delegação iraniana com respeito institucional e garantir sua participação plena não significaria ignorar divergências políticas, mas reconhecer que o esporte possui uma função distinta da confrontação diplomática ou militar.

A Copa do Mundo representa uma oportunidade para que os Estados Unidos demonstrem maturidade política diante de um adversário histórico. A forma como o governo norte-americano lidará com a presença iraniana será observada por milhões de pessoas e poderá influenciar percepções globais sobre seu compromisso com o direito internacional e com os princípios que regem o esporte. Em tempos de conflito, preservar espaços de convivência pacífica não é sinal de fraqueza, mas de responsabilidade. Afinal, quando a política ameaça invadir todos os ambientes, a manutenção de canais de diálogo torna-se ainda mais necessária.

Opinião do leitor

Namorados

Namorar é dividir anseios e dúvidas. É o abraço apertado que espanta apreensões da alma. É o cotidiano ameno, carinhoso e solidário. É o beijo amoroso de serenidade e respeito. O namoro preserva no caminhar da vida, a paciência e a união duradoura.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.